



Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colapo; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basilio Zarusso - Elio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selma - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e José Tavares.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltoninho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Doutor Rosinha. (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O objetivo da presente é para indicar os Deputados que integraram a Comissão de Direitos Humanos dessa Casa.

- 1 - Deputado Joel Coimbra - Membro Titular
- 2 - Deputado Edgar Bueno - Membro Suplente.

Sendo só o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protesto de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI,

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência", para o Projeto de Lei nº 407/97, relativo à Mensagem nº 046/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28.08.97.

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência", para o Projeto de Lei nº 406/97, relativo à Mensagem nº 044/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28.08.97.

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Santa Mônica, pelo transcurso, no próximo dia 10 de setembro/97, de mais um aniversário.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor, José Otacilio dos Santos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Dirceu Luiz Prigol, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA.

Toda a população do Município de Santa Mônica, com grande alegria vê transcorrer mais um aniversário dia 10 de setembro/97.

Trabalhando sempre lado a lado, administração e povo conseguirão dias melhores, pois é através desse trabalho integrado, da união de forças, que se poderá construir uma cidade mais digna e mais justa e invejável progresso.

Temos certeza que toda a população anseia por melhores dias, razão pela qual, continua prestando sua colaboração num trabalho eficiente visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do seu município.

Santa Mônica, muito bem administrada pelo Prefeito José Otacilio dos Santos que, através de um trabalho sério e honesto e contando com o prestimoso apoio de seus munícipes está desenvolvendo com eficácia o que planejou.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população que acredita num futuro próspero para o Município, o seu reconhecimento e admiração.

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Sebastião Carlos Mauro, engenheiro civil, residente em Campo Mourão, servidor da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, pelos relevantes serviços prestados a comunidade da microrregião 12.

Sala das Sessões, em 28.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Sebastião Carlos Mauro, nascido em Votuporanga, São Paulo, em 20 de janeiro de 1959, casado com Sônia Yamada Mauro, com quem formou uma família com dois filhos - Bruno e Juliana, pai de família e profissional exemplar.

Sebastião reside em Campo Mourão, formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1983. No ano seguinte ingressou na Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, onde aplicou todo o seu conhecimento técnico, contribuindo com a construção de milhares de moradias aos trabalhadores da sua região.

Na gestão do governo Roberto Requião, Sebastião foi gerente da COHAPAR de Campo Mourão, realizando o sonho de milhares de trabalhadores da microrregião 12, de possuir uma casa própria. Como engenheiro civil e gerente da COHAPAR pode contribuir para o sucesso do programa "Casa da Família", sempre lembrado como profissional competente, dedicado e comprometido com a questão habitacional.

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, reiterando a solicitação para pavimentação as-

Curitiba, quinta, em 28.08.97

fáltica do trecho da PR-486, passando pela Glêba 4, Distrito de Jangada até o Patrimônio Iverã no Município de Cafetal do Sul.

Do aprovado REQUER ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Av. Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; ao Vereador Geraldo de Souza Freire Filho (Câmara Municipal, Av. Italo Orcelli, 658, CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão é uma antiga aspiração daquela população, e estamos reiterando expediente subscrito pelo Vereador Geraldo de Souza Freire Filho do Legislativo Municipal de Cafetal do Sul, no qual justifica a pavimentação em questão.

Tal proposta pretende a pavimentação asfáltica através do programa "Caminhos da Educação", uma vez que o trecho é o único caminho para os estudantes chegarem às salas de aula, assim como, o Distrito de Jangada é um dos mais importantes do Município de Cafetal do Sul, graças à potencialidade de sua agricultura e enfrenta sérias dificuldades nas épocas de escoamento da safra agrícola.

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de pedido de informações, ao Senhor Miguel Salomão, Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, solicitando uma cópia dos documentos que definem políticas para a privatização do Banco do Estado do Paraná, incluindo a gestão de um Fundo Estadual de Previdência, conforme noticiado na imprensa do Estado nos últimos dias.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de pedido de informações, ao Senhor Miguel Salomão, Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, solicitando uma cópia dos documentos esclarecendo a divulgação através da imprensa sobre a possível privatização do Banco do Estado do Paraná, incluindo a gestão de um Fundo Estadual de Previdência.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) ANGELO VANHONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 410/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Recanto de Menores "Imaculada Conceição" com sede e fóro na cidade de Florai/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Recanto de Menores Imaculada Conceição é uma entidade de caráter filantrópico e assistencial, sem fins lucrativos, tendo seus estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e Documentos de Nova Esperança, conforme Registro sob nº 47 de 14 de maio de 1980.

A entidade não distribui sob qualquer título ou pretexto, lucros, bonificações ou dividendos aos sócios, mantenedores e nem, remunera os membros da Diretoria e Conselho (artigo 1º, § Único do Estatuto).

Conforme documentação anexa a entidade atende todos os requisitos da Lei nº 6.994/78, estando em condições de ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública, ra-

zão, pela qual esperamos o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 411/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido, nos termos desta lei, o uso de tabaco em todos os restaurantes e estabelecimentos semelhantes.

Art. 2º - A proibição de que trata esta lei, é válida apenas em restaurantes com ambientes fechados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

O uso do tabaco em geral, cigarros, charutos, cachimbos, etc., como é sabido, é prejudicial à nossa saúde. Existe a pessoa diretamente atingida e prejudicada pela nicotina, o fumante, e a indiretamente, aquela que está próxima ao fumante, principalmente em ambientes fechados.

Uma pessoa, por exemplo, que sofre dos males da asma, bronquite e outros problemas respiratórios, basta inalar indiretamente a fumaça produzida pelos meios de tabagismo, e a pessoa doente já terá um princípio de crise respiratória no ato, além do que, para quem não tem o hábito do tabagismo, é super desconfortável inalar a fumaça produzida por esses meios, e pior ainda, num ambiente de alimentação, o qual é sagrado.

O direito é para todos, assim como os deveres, por isso, no uso de minhas atribuições, dou entrada neste projeto de lei, que ao meu ver é de urgente necessidade para a referida normatização, e que, com certeza, diminuirá, até ao próprio fumante os males produzidos por este tipo de droga.

PROJETO DE LEI Nº 412/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Novo - Sítio Cercado, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro Novo, Sítio Cercado, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi constituída no dia 13 de agosto de 1992, pelos moradores daquela localidade, com objetivo de desenvolver programas nas áreas de Assistência Social, Educacional, Cultural, e Desportivas, entre outros de interesse da comunidade. A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e está registrada sob o nº 1936, livro "A" de pessoas jurídicas, no 3º ofício de registro de títulos e documentos, na data de 11 de novembro de 1992. A Entidade está inscrita no CGC sob nº 68.681.832/0001-54.

A Entidade, além dos objetivos mencionados, também, organiza e desenvolve programas e projetos das áreas de Assistência Social, de Educação, da Cultura e Esportes, sem nenhuma discriminação, cooperando no desenvolvimento integral do ser humano, também com os organismos públicos e entidades afins neste sentido.

Para o cumprimento de seus objetivos e a manutenção de sua política e filosofia de ação e atendimento, a Entidade mantém entrosamento com outras Instituições congêneres e órgãos públicos, visando a consecução de suas finalidades.

Considerando o exposto, também ser do conhecimento de todos, que não há justiça, sem lei, razão pela qual, estamos propondo este Projeto de Lei, visando ajudar a comunidade assistida pela Entidade em apreço. Sendo estes os motivos da apresentação e aprovação do Projeto em epígrafe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Não havendo Expediente a ser lido e nem oradores inscritos

no Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Concedo a palavra ao Senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Ocupamos a Tribuna nesta manhã no Horário do PMDB para depois de ter ouvido os Deputados do nosso Partido do PMDB manifestar a nossa solidariedade e apoio ao Movimento dos Servidores Públicos do Estado do Paraná que nesta semana, mais precisamente no dia de amanhã, dia 29/08 irão paralisar as suas atividades num movimento de divulgação das suas propostas e acima de tudo reivindicação de melhorias salariais, de melhorias de condições de trabalho a nível de Estado. Nós recebemos ontem em nosso gabinete uma delegação dos Servidores Públicos que vieram até nós relatar as dificuldades porque passam os Servidores Públicos do Estado do Paraná. Reivindicar que o Governo do Estado, sente à mesa com o Fórum das entidades sindicais para que possa abrir de uma vez por todas o processo de renegociação salarial, o processo de atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

O movimento acontecerá nessa sexta-feira, dia 29, quando os servidores públicos irão paralisar as suas atividades para discutir a possibilidade de entrar em greve, durante um ato público que partirá da Praça Santos Andrade em Curitiba às 13:00 horas, em direção ao Centro Cívico de frente ao Palácio Iguaçu.

Os Servidores estão prontos para lutar por seus direitos até as últimas consequências, já que nem uma conquista cai do céu, segundo diz a anotação que nos foi passada pelos Servidores Públicos.

O Fórum dos servidores já elaborou uma pauta unificada, que exige reposição salarial imediata. Os outros pontos da pauta podem ser conferidos através desse dia 29, quando serão trazidos a público, quando serão trazidos a conhecimento de todos nós paranaenses. Nós que nessa Assembleia Legislativa, ao longo desses quase três anos já do Governo Jaime Lerner, temos procurado dar apoio às reivindicações salariais dos Servidores Públicos, não podemos em hipótese alguma deixar de nesse momento colocar a nossa posição favorável ao movimento reivindicatório dos Servidores Públicos do Paraná. Os Servidores a exemplo de nós encontram-se muito preocupados com a falta de apoio a alguns setores que entendemos ser da maior importância ao Estado do Paraná.

Quando a gente fala em Servidor Público, a gente não pode esquecer por exemplo da questão da Saúde. Nós entendemos que aquilo que hoje se investe em saúde no Estado do Paraná está muito aquém do desejado, muito aquém do necessário e um exemplo maior que temos, se considerarmos saúde pública interesse do servidor público, é a situação do IPE que está à beira da falência, numa situação dramática, com hospitais, médicos e convênios médicos colocando o atendimento aos servidores públicos do Estado, com dívidas do Instituto muito grande em relação a esses prestadores de serviço, fazendo com que os servidores públicos do Estado do Paraná não tenham assistência mínima que presta a eles, o IPE.

Há a necessidade de que o governo do Estado reveja a sua postura em relação ao IPE, já que durante os anos em que estivemos no governo, fomos muitíssimo criticados e o governo atual, ao fazer a sua campanha, assumiu o compromisso de fortalecimento do IPE, de resgatar o IPE para o servidor público e o que estamos vendo nesses três anos, é uma situação crítica pior, muitas vezes pior do que as dificuldades que enfrentávamos. Quer dizer, nesses quase três anos de governo do Jaime Lerner, o que estamos vendo com o IPE é ele caminhar a cada dia mais para a falência dos serviços de saúde em favor dos servidores.

Algumas das reivindicações dos servidores: reposição salarial imediata para os servidores do Quadro Geral do Estado, níveis operacional e médio. Concurso público para correção dos desvios de função e contratação de servidores públicos. Reconhecimento ao direito à licença especial, licença prêmio, aos ex-celestatistas, transformados em estatutários pela Lei 10.219/92. IPE-Saúde integral e Conselho de Administração paritário. Não proliferação das consultorias especializadas externas, cargos comissionados, tipo DAS e DAC, funções gratificadas, contratação de estagiários para

funções permanentes e contratos temporários. Implantação do Plano de Cargos e Salários para o Quadro Geral do Estado, após ampla discussão com o Sindicato dos Servidores Públicos. Pagamento imediato, corrigido dos precatórios judiciais trabalhistas. Reinstauração do Fundo de Previdência Estadual, após participação direta do Sindicato de Servidores Públicos Estaduais. Não à terceirização dos serviços públicos. Ampliação dos vales-transporte para todos os servidores públicos que utilizam-se do transporte coletivo e implantação dos auxílios-alimentação pré-escolar.

Essas são algumas das reivindicações as quais nós, em nome da Bancada do PMDB nos somamos e esperamos realmente que o dia de amanhã não venha a se transformar num dia de greve, mas um dia de reivindicação, onde o governo do Estado possa, não só receber as lideranças do movimento grevista, do movimento do fórum dos servidores públicos do Estado, mas que acima de tudo, possa o governo do Estado não dar prioridade apenas para o incentivo à vinda das montadoras, para o incentivo a algumas empresas que nem do nosso Estado são e que estão recebendo benesses que os nossos companheiros do Paraná não estão recebendo e que os nossos servidores públicos também não conseguem receber.

Aguardamos do dia de amanhã. Vamos aguardar as reivindicações a serem discutidas com o governo e depois, evidentemente, no decorrer da semana que vem, voltaremos à tribuna para fazermos uma análise mais aprofundada daquilo que foi apresentado pelos servidores públicos do nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero dizer a V. Exa. que, de forma alguma o Governo do Estado vai se negar em sentar com os servidores públicos e discutir as suas reivindicações e nenhum governo tem mais autoridade de negociar com os servidores públicos, que esse governo. Temos feito um esforço muito grande, para, na maneira possível, corrigir as distorções que existem no quadro do funcionalismo público. Assim o fizemos com a Polícia Militar do Paraná, assim o fizemos com a Polícia Civil, assim o fizemos com os Professores, assim o fizemos implantando o Plano de Carreiras das Universidades do Paraná e também reconhecemos que temos dificuldades em alguns setores, mas, este Governo deu avanços significativos para os servidores públicos, agora, enfrentamos algumas dificuldades herdadas e quando V. Exa. diz que na semana que vem vai voltar a fazer considerações sobre estas questões, gostaria de debater esta questão com V. Exa. Temos uma questão que herdamos do Governo anterior que acho de extrema gravidade. Quando foi extinto o Fundão, o Fundo Previdenciário do Estado achamos nós que aquilo foi uma atitude irresponsável naquele momento porque se tivéssemos o Fundo Previdenciário do Estado nas proporções que está, agora, não consigo entender corretamente que num momento setores do seu partido fazem discurso de que o governo do Paraná compromete muito com a sua receita, o funcionalismo público e de um outro lado V. Exa. vem aqui, e pelo que estou sentindo, apoiando os servidores públicos nas suas reivindicações. Gostaria de dizer a V. Exa. que não batem os dois discursos porque na hora em que o comprometimento da folha está em 80%, V. Exa. diz que é demais e de um outro lado diz que precisa ser recuperado o salário do funcionalismo público. Sabemos que tem setores do funcionalismo público que têm que ser recuperados e aí vem a outra contradição do discurso de V. Exa. Só se pode dar avanços ao funcionalismo público se aumentarmos a receita do Estado do Paraná e V. Exa. como é um homem de profundo conhecimento da questão agrícola deste Estado sabe muito bem o preço que o Governo Jaime Lerner está pagando com a Lei Kandir. A Lei Kandir hoje está nos dando um prejuízo na receita do Estado em torno de 18%. Se não tivéssemos a Lei Kandir, não tenha dúvidas que daríamos os avanços aos outros setores do funcionalismo público, então acredito que para fazermos um debate desta questão, para nos aprofundarmos esta questão, teríamos que ter primeiro muito tempo e não somente entrar nesta questão do atendimento aos servidores públicos mas entrar na questão global do estado, do que está acontecendo e quando V. Exa. diz

que o Governo do Paraná ao invés de dar incentivos às montadoras teria que atender os funcionários públicos, me desculpe Deputado, mas aí V. Exa. está no mínimo não falando o que a realidade mostra, o Governo do Paraná em nenhum momento que estamos dando incentivo às empresas que estão se instalando no Paraná está tirando dinheiro do caixa do Estado, o que ele está dando são incentivos sobre receitas futuras que ainda hoje não existem, mas se não fizermos isso estas empresas não irão se instalar no Paraná, elas irão se instalar em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio Grande do Sul.

Não temos culpa da guerra fiscal, acredito sim, que teria que ter uma Lei que regulamentasse esta questão para que não tivesse esta guerra fiscal mas infelizmente não existe esta Lei e o Paraná não pode ficar dormindo sobre o bêrço esplêndido e dizer que é um estado rico porque isto não é verdade, o Estado precisa industrializar-se para aumentar a sua receita para poder dar os avanços aos servidores públicos e melhorar a qualidade de vida do povo paranaense. Tenho certeza absoluta que a semana que vem as nossas sessões serão ricas nesta questão e nos debates porque acredito que estes debates contribuirão e muito para que possamos dar a nossa contribuição para que o Estado do Paraná siga este caminho de transformação da sua economia e de aumento do bolo para que possa ser dividido entre aqueles que merecem.

Muito obrigado, Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de V. Exa. e peço a compreensão do Sr. Presidente para nos conceder alguns minutos a mais para dizer que realmente possa parecer, Deputado Rossoni, Srs. Deputados, contraditório de nossa parte quando nós ou companheiros nossos comparemos a tribuna para lamentar ou denunciar, como queira V. Exa., que o Governo do Paraná consome mais de 80 ou 90% da sua Receita com funcionário público...

O Sr. Valdir Rossoni - Não, o Sr. não diga 90, porque de 80 até 90 existe um valor enorme. Ontem mesmo estive na Secretaria de Finanças e não é esse, 90 e esse documento que estão, inclusive ontem divulgado por um Deputado Federal no Congresso Nacional. A melhor questão é a verdade.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Diria para V. Exa. um número, então, 120%. Depende do parâmetro que a gente...
(Vozes paralelas)

O Sr. Valdir Rossoni - Depende de sua criatividade de querer transformar a verdade numa inverdade.
(Vozes paralelas)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Depende da minha criatividade de não. Do Balancete publicado uma vez e republicado depois, quando mudou o Secretário da Fazenda, posso dizer que o Estado está consumindo 120% do que recebe de ICMS. A Receita do ICMS ao redor de 200 milhões e a folha de pagamento ao redor de 230 milhões.

O Sr. Valdir Rossoni - Mas V. Exa. sabe que a Receita do Estado não é só ICMS.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Exato, então é por isso que disse que quando dizemos 80% pode ser em cima de alguns valores, 90% em cima de outros valores e 120% se comparado ao ICMS...

O Sr. Valdir Rossoni - O que me agradaria muito...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Os números oficiais pelo que sabemos é 78%.

O Sr. Valdir Rossoni - O que me agradaria muito é que fosse incluído no seu discurso aqui a defesa do Estado do Paraná na questão da Lei Kandir...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não preciso incluir neste discurso. Já o fiz quando a Lei Kandir estava sendo de-

batida em Brasília, aqui na tribuna e em apartes no Plenário, dizíamos que o Governo do Estado tinha que tomar posições, que o Governo do Estado não poderia aceitar calado como aceitou a tal da compensação financeira que é o mesmo Canto da Sereia da compensação financeira que deram ao Paraná pelo ICMS de Itaipu que não recebemos e que estamos recebendo uma compensação na forma de royalties.

O Sr. Valdir Rossoni - Mas V. Exa. sabe que um dos relatores deste projeto no Senado da República foi um Deputado Federal do Paraná, Luiz Carlos Haully, é o grande responsável. E diga-se de passagem, a Lei Kandir se torna mais injusta ainda que estamos no período da safra aonde teríamos um aumento significativo da arrecadação do Estado...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Principalmente pelos bons preços da soja.

O Sr. Valdir Rossoni - Isto mesmo. E o Governo Federal divide isto em doze parcelas para ressarcir o Estado. Então o prejuízo ainda é maior.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não, mas temos consciência de tudo isto, Deputado Rossoni. Agora, quando V. Exa. fala que precisa aumentar a arrecadação, tivemos uma oportunidade muito rápida de ler alguns pontos do Protocolo, pelo menos este Protocolo estamos podendo fazer a leitura dele, que foi encaminhado ao Banco Central propondo a privatização do Banco do Estado do Paraná e lá, num dos pontos que tive oportunidade de ler, o Secretário que firmou este documento informa que o Paraná teve um crescimento na Receita ao redor de 57%, se não me falha a memória, que nesse período de 95/96 teve um crescimento, o Estado teve um crescimento de 57%. E todos sabemos que foi nesta Casa, discurso muitas vezes das lideranças que faziam oposição ao Governador Roberto Requião ou ao Governador Álvaro Dias, foi discurso nesta Casa, veemente discurso proferido nesta Casa, dizendo que pelo menos que se dêem aos servidores do Estado aquele percentual que corresponda ao aumento da Receita.

Então, que se desse aos funcionários do Estado pelo menos esse aumento de 57% que é dito pelo próprio Governo que aconteceu.

Então, queríamos deixar este registro para que possamos refletir, sabemos que o Estado atravessa algumas dificuldades, mas esse comprometimento da folha aos níveis em que se chegou é porque alguns setores, principalmente de alguns setores de cargos comissionados, tiveram ajustes superior a 200% nos últimos meses.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Pessuti, estes aumentos significaram 2,5% na folha de pagamento.

Presidente, concedo o Horário da Liderança do Governo para que possamos dialogar esta questão que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Está concedido.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Ora, Deputado Pessuti, temos que trabalhar com a verdade, e não podemos trabalhando aqui neste Estado - o Deputado Romanelli tem conhecimento disso - um Secretário de Estado ganhando 1.200 reais por mês. Isso é fantasioso, automaticamente você estará induzindo esse cidadão - duvido que um Secretário de Estado consiga manter um padrão de vida que ele tem que ter para ser um Secretário de Estado, com 1.200 reais por mês.

Então temos que trabalhar com a realidade, e tudo isso que V. Exa. disse, que foi dado aumento de 200% em alguns setores, isso significou nem 3% da folha de pagamento.

Agora, temos aqui a questão dos professores que poderíamos trazer aqui na próxima semana, o gráfico de quanto significou o aumento dos professores.

Vossa Excelência verificou aqui, quando houve a greve

da Polícia Militar em quase todo o Brasil, o que ganha a Polícia Militar nos outros Estados e o que ganha no nosso Estado. O plano de carreira das Universidades - ora isso aí é investimento, se não investirmos na educação - o plano das Universidades, há quantos anos eles vinham lutando, conseguiram no Governo Jaime Lerner. Tenho certeza absoluta de que com esses investimentos que estamos trazendo para o Paraná, tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner vai entregar esse Estado daqui a seis anos, em muito melhores condições do que ele recebeu, em questão, inclusive, dos funcionários públicos estaduais, fora a questão da sua economia.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Essa mesma certeza, Deputado Rossoni, não temos, até porque não acreditamos que o Governador possa ficar tanto tempo assim no Governo, já que V. Exa. tem defendido a candidatura do mesmo à Presidência da República, e certamente ele deixará o Paraná muito brevemente, para que possamos retornar ao Governo do Estado do Paraná e dar realmente aos paranaenses e aos servidores públicos a atenção e o valor que eles merecem.

O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - Deputado Pessuti, só uma pergunta.

Não sei, esse negócio da "Lei Kandir", todo mundo sabe que o nosso produto foi exportado em maior percentual "in natura", deixamos de industrializar o produto aqui, deixou de render dividendos. Na verdade isonerou parte da nossa produção primária. O Senhor coloca aí que houve por parte do Governo dados concretos que aumentou a arrecadação em 57%, aonde está isso?

O SR. ORLANDO PESSUTI - No protocolo que o Governo do Estado remeteu ao Banco Central num dos parágrafos ele comenta sobre o acréscimo que houve na arrecadação do Estado do Paraná. Se não me falha a memória o dado é ao redor de 57%.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Horário das Lideranças do PDT, PR, PSDB, PFL, PT. (Todos declinam).

Gostaria de registrar a presença aqui nesse Plenário, com satisfação, da esposa do nosso Deputado Marquinhos Alves, a Janete, com a sua filha Letícia de 3 meses e meio.

É uma satisfação muito grande poder registrar a presença dessa família visitando aqui a nossa Casa.

Encerrado o Horário das Lideranças passa-se à

ORDEM DO DIA:

Projetos de Lei necessitando de apoioamento dos seguintes Senhores Deputados: Hidekazu Takayama - Apoiado.

Hidekazu Takayama - Apoiado.

Basílio Zanusso - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado - À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados - À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Walmor Trentini, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para integrar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 262/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, com sede e foro em Curitiba. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 09.06.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 274/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Giampero Monacci - Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Itambé. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 274/97 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Giampero Monacci - Ensino de 1º Grau, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 300/97, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SECONCI - PR, em Curitiba. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 300/97 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SECONCI - PR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Rolândia - ADEFIR do Município de Rolândia no Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Rolândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Oliveira Santos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Esperança - CRE, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Orfanato Evangélico Perfeito Louvor, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

Curitiba, quinta, em 28.08.97

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Reviver Down, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Henrique Naigeboren. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública o Grupo SOMA - Somando Amor pela Infância e Adolescência de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do chefe regional da COHAPAR de Campo Mourão, engenheiro Norton e dizer que a região de Campo Mourão, pela competência da COHAPAR e posso afirmar que é uma das melhores do Paraná, não desfazendo dos demais. Quando começou a primeira vila rural em Apucarana, foi solicitada através da equipe competente de Campo Mourão e a nossa região tem 21 vilas rurais. Temos 08 vilas rurais para serem inauguradas. Já estão prontas e temos a certeza que a ida do governador às festividades do aniversário de Campo Mourão serão inauguradas essas 08 vilas.

Fica registrada a competência do nosso chefe regional da COHAPAR de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa se associa a V.Exa. O engenheiro Norton é um profissional altamente qualificado e merece esse destaque.

Requerimento nº 1985, de autoria do Senhor Deputado do Ângelo Vanhoni, constante do expediente. - Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - V.Exa. poderia ler o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Pois não. O requerimento anterior vai ser retirado.

Retira-se o requerimento, que tem o seguinte texto. (Faz leitura do requerimento).

Então este requerimento está sendo retirado pelo autor que apresenta, em substituição o requerimento com o seguinte texto: (Lê o requerimento apresentado).

Requerimento nº 1995, de autoria do Senhor Deputado do Ângelo Vanhoni, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1987, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1988, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1990 e 1991, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1994, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 079, 255, 309 e 310/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 407/95; 091, 126, 293 e 497/96; 049, 242 e 317/97.

Levanta-se a sessão.